



Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 8 de março 2017

Aos oito dias do mês de março de dois mil e dezassete, pelas onze horas e trinta minutos, reuniu o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIG, nas instalações do Alto Comissariado para as Migrações, adiante designado ACM, sitas na Rua Álvaro Coutinho n.º 14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – Apresentação do Estudo “Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal”, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU.-----

2 – Apresentação e discussão das principais conclusões das Oficinas de Reflexão sobre a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designada por ENICC, realizadas durante o mês de fevereiro de 2017, primeiramente com os Pontos Focais da ENICC, as Autarquias, as Associações Ciganas e as Entidades dinamizadoras de projetos FAPE 2015 e 2016. -----

3 – Apresentação da atividade recente do Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas – NACI. -----

4 – Outros assuntos. -----

Presidiu à reunião o Senhor Alto-comissário para as Migrações, Dr. Pedro Calado, adiante designado Alto-comissário, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março, preside ao CONCIG. A secretariar o Alto-comissário esteve o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), composto por Sónia Costa, coordenadora, Berill Baranyai, Andreia Santos e Francisco Azul. -----

Estiveram presentes os membros do CONCIG constantes da lista de presenças em anexo (Anexo I). -----

De seguida, deu-se início ao primeiro ponto da ordem de trabalhos e a representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana- IHRU, Dra. Isabel Rodrigues, apresentou, o Estudo “Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal”, com um dos técnicos envolvidos na elaboração do mesmo, Dr. Ricardo Guedes. Este estudo responde à concretização da prioridade vinte e seis da ENICC, promovendo o “melhorar o conhecimento da situação habitacional das Comunidades Ciganas”. Foi referido que o estudo tem como objetivo identificar as condições de habitação das Comunidades Ciganas em Portugal, para além de apresentar um levantamento quantitativo do número de indivíduos e famílias por alojamento e



município. O estudo do IHRU baseou-se num inquérito por questionário aplicado aos municípios em formato eletrónico. O questionário dividia-se em três grandes áreas de informação: os núcleos organizados, os núcleos dispersos pelo município e uma terceira etapa, que não foi muito aprofundada neste estudo, a de projetos municipais direcionados para a comunidade em questão. A informação recolhida, foi trabalhada em duas etapas, que decorrerem entre 2013 e 2014. Na primeira etapa obteve-se apenas a informação de 50 municípios, de um total de 308. Com a segunda etapa, em 2014, alcançou-se quase a totalidade dos 308 municípios, sendo que cinco municípios não participaram- Almada, Cascais, Loures, Porto e Setúbal-, argumentando que a lei relativa à Proteção de Dados não permite esta recolha e a resposta ao inquérito por questionário e, cujos dados, para estes municípios, foram apurados por recurso a estimativas. Dos municípios que participaram, em 190 foram sinalizados elementos das comunidades ciganas, tendo sido possível identificar em Portugal à data do estudo, 7656 famílias ciganas e 30737 indivíduos em 7456 alojamentos. Esta situação traduz uma ligeira sobreocupação relativamente ao número de famílias ciganas quando se analisa o peso das mesmas, quer nos alojamentos não clássicos, quer na habitação social existente em Portugal. Na distribuição ao nível nacional, verifica-se que a principal concentração de indivíduos acontece em Lisboa, Braga e Vila Nova de Gaia. Relativamente ao peso da população identificada sobre a população existente no município, destacam-se municípios do interior, nomeadamente Mourão, Miranda do Douro e Monforte com maior proporção. Quando se analisa os agregados, repete-se o mesmo fenómeno, portanto há uma grande concentração em áreas urbanas e um peso maior nos agregados residentes nos municípios de Monforte, Mourão e Miranda do Douro.-----
Relativamente aos alojamentos não clássicos, foi referido na apresentação que, dos cerca de seis mil alojamentos não clássicos existentes em Portugal, 2.441 são ocupados por elementos das Comunidades Ciganas. -----
Com base no estudo elaborado, pode-se estimar que existem cerca de 37.346 indivíduos ciganos em Portugal, um número que nos permite concretizar que as Comunidades Ciganas representam cerca de 0,35% de população em Portugal e residem em 3% do total de habitação social existente.-----
De referir que dos 37.346 indivíduos, cerca de metade, já reside em habitação social, tendo sido realojados recentemente. -----
Depois da publicação do estudo em 2016, o IHRU contactou os principais municípios que participaram no estudo, a fim de saber se os dados disponibilizados continuavam atualizados e a resposta das autarquias foi afirmativa, ou seja, não existiam alterações quer em número, quer em condições de alojamento, pelo que os dados mantêm-se válidos. Para além disso, uma das informações que o IHRU solicitou aos municípios foi



a localização das zonas residenciais das comunidades ciganas, informação que utilizou para georreferenciar alguns desses núcleos, elaborando posteriormente algumas fichas ilustrativas.-----

Por fim, importa realçar que o IHRU está a preparar um novo estudo a nível nacional sobre as carências habitacionais, incluindo a população cigana e não cigana, estando a trabalhar num questionário *online* e que deve estar operacional durante o primeiro semestre de 2017. -----

Concluída a apresentação do Estudo, tomou a palavra o Alto-comissário abrindo um espaço para esclarecimentos, tendo ele próprio observado que a estimativa de 37.000 portugueses ciganos vai ao encontro do próprio levantamento realizado pelo OBCIG – Observatório das Comunidades Ciganas, que conseguiu mapear 100% dos municípios. Constatou ser um dado interessante, que 97% dos residentes dos bairros sociais não sejam de comunidades ciganas. O Alto-comissário referiu ainda que não deixa de ser preocupante que 48% dos ciganos vivam em habitação social e que 32% dos ciganos vivam em alojamento não clássico. -----

Tomou de seguida a palavra o conselheiro Vasco Prazeres, que desejava saber em que tipologias de habitação se situam as comunidades ciganas nómadas. -----

A representante do IHRU em resposta referiu que a situação habitacional destas são os alojamentos não clássicos, ou seja barracas, tendas ou outras situações.-----

De seguida tomou a palavra o Conselheiro Eugénio Fonseca, e referiu que deveria fomentar-se a política de diálogo aquando da criação ou atribuição da habitação, sugerindo que deveriam existir espaços comuns dentro dos bairros, apropriados às questões culturais, próprias das Comunidades Ciganas.-----

Após a exposição do conselheiro Eugénio Fonseca, tomou a palavra a conselheira Rosário Carneiro, que ressaltou ser necessário uma leitura mais completa sobre a densidade ocupacional dos agregados familiares, como o tamanho dos agregados e dimensão real do alojamento. No seu comentário, e relativamente aos municípios que não tinham respondido ao questionário por motivo de proteção de dados, a conselheira referiu que a Lei de Proteção de Dados prevê exceções em caso de desenvolvimento de políticas públicas, e que em matéria de Estratégia Nacional e em função das condições da qualidade de vida dos ciganos, estamos claramente, no seu entender, perante um caso excepcional, e que as instituições têm de atuar em conformidade com a lei. -----

De seguida a conselheira Maria José Casa Nova, apontou que, como conclusão deste estudo, consegue-se obter uma caracterização da habitação das populações ciganas, o que é fundamental para que as políticas públicas possam ser adequadas. Para a conselheira, este trabalho poderá permitir uma análise mais fina sobre os aspetos mais específicos ao nível da Habitação, como por exemplo, como é que se dividem os alojamentos não



clássicos ou a habitação própria. Por último, a conselheira, na sua exposição, reforçou a importância da necessidade de ultrapassar a questão relativa à lei de proteção de dados. Na sua intervenção o conselheiro Piménio Ferreira tentou perceber as condições de segregação física e territorial da comunidade, nomeadamente se as Comunidades Ciganas estão dentro ou fora da malha urbana, se têm acesso aos serviços públicos essenciais (água, luz), acesso a escolas, hospitais ou se há algum tipo de transporte público que possa servir essas comunidades. ----- Terminadas as apreciações realizadas pelos intervenientes, o Alto-comissário passou a palavra aos representantes do IHRU para responderem às questões dos conselheiros. ---- Segundo a Dra. Isabel Rodrigues, o IHRU tem realizado um esforço na tentativa de adaptar o seu património de habitação social às necessidades das famílias, destacando que esse esforço só pode ser realizado no património pertencente ao IHRU. ----- A representante do IHRU reconhece que o levantamento tem limitações, sobretudo do ponto de vista da informação qualitativa sobre as Comunidades Ciganas e neste sentido, será realizada uma recolha de dados que permitirá obter um diagnóstico profundo sobre as Comunidades Ciganas em Portugal ao nível da habitação. ----- Relativamente aos processos de realojamento em que o IHRU esteve envolvido, refere que no caso de Campo Maior, houve um trabalho conjunto com a CCDR do Alentejo e com a Câmara Municipal, para se encontrar uma solução que fosse a mais ajustada à comunidade. ----- Na definição de alojamentos não clássicos, o IHRU refere três tipologias, os acampamentos, barracas e alojamentos móveis. ----- Quanto à localização dos núcleos, o IHRU solicitou aos municípios que nas suas respostas tentassem identificar a localização dos agregados, quer em meio rural, quer em meio urbano, tendo sido identificados entre 50 a 60 núcleos. ----- A propósito da lei de proteção de dados, o Alto-comissário referiu que recentemente o ACM emitiu um parecer, a pedido do Ministério da Educação, para solicitar à Comissão Nacional de Proteção de Dados, autorização para recolher dados previstos no âmbito da atuação da ENICC. Na sequência da intervenção do Alto-Comissário, o conselheiro Vasco Prazeres revelou que os sistemas de informação na saúde não têm qualquer registo da etnia e outro tipo de características, embora os profissionais identifiquem, de forma informal, os utentes pertencentes às Comunidades Ciganas, não estando essa informação coletada e/ou registada. ----- Em resposta à conselheira Maria José Casa Nova, que na sua intervenção perguntou que tipos de habitação própria os cidadãos da Comunidade Cigana têm, a Dra. Isabel Rodrigues, referiu que estamos perante dados facultados pelos municípios, pelo que no que respeita às famílias que acedem ao mercado livre, não têm esses elementos. No



seguimento da resposta, a conselheira Maria José Casa Nova, referiu que uma parte significativa da população cigana que vive nestes alojamentos não clássicos, não está inserida nas cidades ou nas vilas, o que faz com que tenham enormes dificuldades no acesso a serviços públicos, escolas ou instituições, onde precisam de se deslocar quase diariamente. -----

O conselheiro Eugénio Fonseca reforçou que é preciso saber o que significa o conceito de habitação própria. Se é entendido como habitação própria a que eles próprios construíram num terreno que não lhes pertence ou se a adquiriram, nomeadamente com recurso a crédito bancário, e qual é a preocupação que o concelho pode ter relativamente a isso. -----

Por sua vez, o conselheiro Piménio Ferreira interrogou os representantes do IHRU sobre o que significa construções segundo as suas necessidades culturais, e perguntou sobre a metodologia de cálculo dos resultados relativos à sobreocupação de alojamentos, referindo que segundo um relatório de uma visita das Nações Unidas a Portugal, a sobrelotação não parece ligeira.-----

A Conselheira Isabel Rodrigues, como exemplo de realojamento referiu o município de Cascais, revelando que neste momento não há barracas, ou seja, todos os ciganos estão realojados tendo em consideração a característica cultural desta população. Uma medida será assim, junto desde municípios que têm estes realojamentos de sucesso, solicitar ideias para perceber como se pode replicar essas práticas noutros municípios a nível nacional. -----

De seguida foi dada a palavra ao Dr. Ricardo Guedes, para responder às perguntas do conselheiro Piménio Ferreira, dizendo que este resultado é apenas o rácio direto entre o número de alojamentos identificados a nível nacional com o número de famílias. O cruzamento é superior a 1, pelo que com estes números observam uma ligeira sobreocupação dos alojamentos. -----

Na sequência desta intervenção, tomou a palavra o conselheiro Roque Amaro referindo que é possível recolher estatísticas desde que elas se façam com proximidade, de baixo para cima e não de cima para baixo. -----

Concluídas todas as intervenções, tomou a palavra o Alto-comissário passando ao segundo ponto da ordem de trabalhos, dando todavia algumas notas prévias, nomeadamente que a informação apresentada reflete a diversidade e o pluralismo das opiniões manifestadas pelos presentes nas Oficinas de Reflexão da ENICC e não a opinião do NACI e do ACM. -----

Tomando a palavra a coordenadora do NACI, Sónia Costa deu início à apresentação, referindo que o grupo de jovens pertencentes ao Programa de Capacitação “Mais Líderes - Jovens Cigan@s”, as autarquias com o maior número de população cigana



segundo o Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas e parceiros governamentais foram os primeiros a ser auscultados, seguido das Associações Ciganas e das instituições que dinamizaram projetos FAPE em 2015 e 2016. -----

O conselheiro Piménio Ferreira, tomou a palavra, para mencionar o fato de fazer parte do grupo de capacitação “Mais Líderes - Jovens Cigan@s” e ainda não ter sido auscultado. Em resposta o Alto-comissário disse que o conselheiro não tendo tido oportunidade de se manifestar, poderá aproveitar a oportunidade presente. O conselheiro Piménio Ferreira na sua intervenção pediu ainda que se registasse em ata que os ciganos participam só que não são ouvidos. -----

Retomando a palavra, a Dra. Sónia Costa deu conta dos três momentos de reflexão, o primeiro, de consulta ao grupo de jovens do Programa de Capacitação “Mais Líderes - Jovens Cigan@s”, o segundo, com a participação das Autarquias e parceiros governamentais, Pontos Focais da ENICC, no qual participaram 22 entidades, com um total de 40 participantes com o objetivo de enriquecer a discussão e um terceiro momento, que contou com a participação da Associações Ciganas e das entidades que dinamizaram os projetos FAPE em 2015 e 2016, tendo sido auscultadas 14 entidades, num total de 22 participantes. A organização das oficinas serviria para, numa primeira fase indicar os pontos fortes e fracos da ENICC e, numa segunda fase, propor estratégias para continuar a promover a integração plena das Comunidades Ciganas. ----

Para além de promoverem o debate, a participação e o envolvimento de todos, nomeadamente dos elementos das Comunidades Ciganas, por via do tecido associativo cigano, as Oficinas permitiam a contribuição da sociedade civil não cigana que trabalha esta temática e a população em geral. -----

Como conclusões, foram apontados alguns aspetos positivos, nomeadamente o contributo que a ENICC tem dado para a crescente visibilidade dada à temática da integração das Comunidades Ciganas nos últimos anos, mas também aspetos negativos, designadamente, ao nível da conceção do plano de execução e monitorização daquilo que foi a implementação da ENICC nestes últimos quatro anos. -----

É ainda referido que, dos momentos de reflexão, ressalta o sentimento de que a ENICC não reflete a diversidade da população cigana, tem um desenho pouco claro e que a dependência de fundos estruturais nem sempre facilita a sua implementação. Observou-se também a este nível que há um sentimento de desconhecimento no terreno, quer por parte das autarquias, quer da própria população cigana, relativamente à Estratégia Nacional. Das oficinas emerge também, a existência de poucos mecanismos de orientação política, o que dificulta a implementação das medidas propostas e o fraco comprometimento, quer a nível local, quer a nível central, das diferentes entidades envolvidas, culminando com a falta de estruturas locais capazes de verter aquilo que é a



Estratégia Nacional. Para além disso, verifica-se também aquilo que os participantes consideram ser o desaproveitamento dos mediadores municipais formados no âmbito do Projeto Mediadores Municipais. -----

No que respeita, à necessidade de intervenção, considerou-se que esta se coloca ao nível nacional, com um envolvimento global neste processo de integração da população cigana.-----

Resumidamente, das oficinas de reflexão, salientam-se os seguintes obstáculos à integração plena das comunidades ciganas: de modo transversal, são apontados, o desconhecimento da população, a ausência de associativismo e as desigualdades de género; ao nível da educação, o abandono e o insucesso escolar; ao nível do emprego e formação, foi apontada a ausência de oferta formativa, como obstáculo no acesso ao mercado de trabalho (quer pela falta de habilitações, quer pelos próprios fatores discriminatórios ou até mesmo pela falta de sustentabilidade de algumas medidas de política pública); finalmente, no que concerne à habitação, foi identificada a existência de um défice de condições habitacionais, a segregação territorial e a dificuldade de acesso ao arrendamento privado.-----

Colocando o foco nas estratégias para ultrapassar os obstáculos apontados, são destacados e sugeridos: a valorização da educação formal e informal, o ensino pré-escolar e a formação de adultos, as bolsas de estudo nos diferentes níveis de ensino, a inclusão de conteúdos sobre diversidade cultural, história e cultura cigana nos currículos escolares e outros meios para aumentar os níveis de escolaridade desta comunidade. No que respeita ao Eixo da Formação-Emprego, é apontado como necessário formar e capacitar os jovens como um grupo que pode fazer a mudança, criar espaços de diálogo entre empregadores e desempregados, procurando ajustar e motivar as necessidades de mercado e as características da população. -----

Quanto ao Eixo da Habitação, são apontadas como prioridades, a necessidade de melhorar as condições habitacionais, promover a integração da população na malha urbana e programas de capacitação de preparação do processo de realojamento. No que respeita, ao Eixo da Saúde é importante manter e intensificar a relação de proximidade.

Relativamente à própria estrutura de implementação da ENICC, foi apontado um conjunto vasto de sugestões. O foco nos indicadores de resultado mais do que nos indicadores processuais. Outra sugestão reside na criação de mecanismos de monitorização efetivos, nomeadamente, a criação de estruturas de acompanhamento que possam verter aquilo que é o plano nacional ajustando à realidade local, como gabinetes de apoio às comunidades ciganas locais e estruturas locais semelhantes ao CONCIG. Foi também destacado nestas oficinas de reflexão sobre a ENICC, que a Igreja Evangélica deve estar envolvida na integração das Comunidades Ciganas. Finalmente,



foi apontada a necessidade de existirem Fundos de Apoio à implementação da Estratégia. -----

Finda a apresentação das conclusões das oficinas de reflexão da ENICC, tomou a palavra o Alto-comissário para dar conta da importância de os senhores conselheiros se pronunciarem sobre estas conclusões. -----

O conselheiro Vasco Prazeres começou a sua intervenção afirmando que tinha participado nas oficinas e referiu que quando se falou da consanguinidade na comunidade cigana, não foi no sentido que a consanguinidade fosse um problema, pelo que solicita que seja retirada essa observação das conclusões. -----

Pedi a palavra a conselheira Ana Umbelino, que começou por dizer que o seu trabalho é realizado na esfera local e que na sua opinião a estratégia deve ter respaldo no poder local, caso contrário é um documento que as pessoas leem mas que depois não tem qualquer tradução em termos de ação. Deste modo considera que é fundamental mobilizar estruturas de governação já existentes nos diversos territórios e muito particularmente nos Conselhos Locais de Ação Social, assumindo que as estruturas *multistakeholders* são efetivamente necessárias, pois cada vez mais, há necessidade de reunir as autarquias locais, as entidades públicas dos diversos setores, as organizações do terceiro setor, bem como a sociedade civil e o público-alvo. Para a conselheira somente com esta conjuntura é possível realizar um diagnóstico mais profundo e objetivo. -----

O conselheiro Piménio Ferreira, tomou a palavra para referir que julga que seria importante articular com todas as autarquias de modo a criar medidas políticas próprias para as Comunidades Ciganas que ainda não foram ponderadas. Para o conselheiro ainda não existem estudos finos sobre a realidade da Comunidade Cigana que possam ser utilizados para definir medidas políticas concretas. Na sua intervenção mencionou que o investimento tem de ser muito maior que o FAPE e que somente assim é possível conceber políticas sociais que visem alterações estruturais. -----

Para a conselheira Maria José Casa Nova, é importante que se façam estudos locais, pois estes vão oferecer um retrato nacional relativamente aos problemas inerentes às Comunidades Ciganas, e conseqüentemente as medidas serão mais adequadas e as mais indicadas. Relativamente à educação, a conselheira disse que as crianças ciganas continuam a ser ignoradas e retiradas das salas de aula, para um apoio, que em nada ajuda ao desenvolvimento. Referiu que estas crianças são colocadas em escolas e salas frequentadas só por crianças ciganas. Devido a estes fatores, a conselheira refere que o conhecimento científico, o que confere poder, atribuindo mobilidade ascendente, não existe.-----



O conselheiro Roque Amaro mencionou que o ponto de viragem na relação da sociedade maioritária com a Comunidade Cigana se deu no 25 de Abril. Para o conselheiro foi isso que os trouxe para os serviços e para as comunidades e que os mesmos, de periféricos em termos geográficos e dos serviços, passaram a ser periféricos dentro dos serviços e das comunidades. Para o conselheiro, hoje em dia, em geral as crianças estão na escola, todas as crianças estão vacinadas, todas as crianças ciganas foram alguma vez às consultas de apoio materno-infantil. Estes fatores levaram a mudanças de comportamento consideráveis. Por outro lado, o conselheiro refere que atualmente os serviços ainda não estão preparados para acolher devidamente a população cigana. Ainda no seguimento da sua intervenção, o conselheiro considera que a ENICC deve ter uma expressão local muito mais forte, referindo que os diagnósticos locais permitem construir os dados a partir da proximidade, sem pôr em causa a constitucionalidade.-----

A conselheira Sofia Pereira referiu que a instituição está a fazer uma recolha de várias ações e propostas futuras para depois e durante o mês de abril apresentar um pequeno contributo. Disse também, que atualmente, estão a iniciar um processo de avaliação da Rede Social.-----

Por seu lado, a conselheira Maria do Rosário Carneiro, salientou que a ENICC não é uma Estratégia, mas sim um enunciado vago que dificilmente se torna concretizável e, por isso também não é objeto de análise. A conselheira mencionou que se se vão fazer propostas ao Governo, então que a Estratégia, se transforme numa Estratégia com metas gerais e metas desagregadas, em tempo e em áreas. Relembrou ainda, e questionou, como se pode continuar a conviver tão bem com um Dicionário de Língua Portuguesa que atribui ao outro que faz parte da sociedade portuguesa, o anátoma de ladrão ou o aldrabão.-----

Em resposta o Alto-comissário referiu a importância de termos um Ministro que tem a tutela das Migrações e das Comunidades Ciganas, que tem igualmente a tutela das Autarquias. Este percebe a frustração em algumas matérias, mas refere que os sinais indicam que estamos a começar a colher alguns resultados.-----

Na sequência da intervenção do Alto-comissário, a conselheira Maria José Casa Nova mencionou que, a maior parte das pessoas, não tem noção de que a população cigana e sua relação com a escola não tem mais de 30 anos e por isso mesmo estamos numa aprendizagem das regras escolares e vice-versa. Para a conselheira a ideia sobre os Conselhos Locais de Ação Social é também importante.-----

Terminadas as reflexões e sugestões dos conselheiros, tomou de novo a palavra o Alto-comissário agradecendo todos os contributos e reforçando novamente que, caso os



conselheiros queiram realizar contributos mais estruturados, relativamente às reflexões sobre a Estratégia Nacional, que o façam chegar por escrito até ao final do mês.-----

De seguida, o Alto-comissário, passou ao ponto três com informações recentes sobre o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas.-----

Começou por dizer que o GACI (Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas) passou a designar-se NACI (Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas), por via da formalização na estrutura orgânica do ACM. -----

O Alto-Comissário deu ainda conta da conciliação de uma situação muito grave que aconteceu em Santo Aleixo da Restauração, no final do ano de 2016 e que recentemente ainda em curso, ganhou dimensões preocupantes, sendo que no dia 27 de fevereiro foi apresentada pelo ACM uma queixa-crime ao Ministério Público. -----

O Alto-comissário deu também nota que, a convite do Presidente da Câmara da Vidigueira, esteve reunido com este para lhe dar conta do processo de realojamento das famílias ciganas residentes no concelho, através da recolocação das famílias na malha urbana, mediando o arrendamento de habitações e o acompanhamento social dessas famílias.-----

Em relação ao Projeto de Capacitação “ Mais Líderes - Jovens Cigan@s”, foi referido pelo Alto-comissário, que irá haver uma viagem final de estudo a Madrid, em que estes jovens vão visitar a *Fundación Secretariado Gitano*.-----

O Alto-comissário, deu ainda conta da reunião com o Comissário Europeu para os Direitos Humanos, dando nota do trabalho realizado com as Comunidades Ciganas.

Relativamente ao FAPE, o Alto-comissário informou ainda que se encontra em andamento a avaliação externa do FAPE 2015 e 2016, para que no segundo semestre de 2017 seja relançado o FAPE numa terceira edição. Por último, o Alto-comissário salientou que se está a ser preparado um novo Programa de Apoio que pode ser muito útil e importante: o Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC). -----

Relativamente aos pedidos de esclarecimentos sobre o estado de alteração, da Proposta de Lei, que estabelece o regime jurídico de Prevenção, Proibição e Combate da Discriminação, o Alto-comissário deu nota que já foi aprovada em Conselho de Ministros e que está agendada para discussão no Parlamento no final de março. Por último, o Alto-comissário convidou todos os presentes a estarem presentes no Seminário Internacional – Comunidades Ciganas, no dia 6 de abril, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.-----